

21 agosto 2024 - edição 143 (ano 9)

Nicola Tingas, economista - chefe

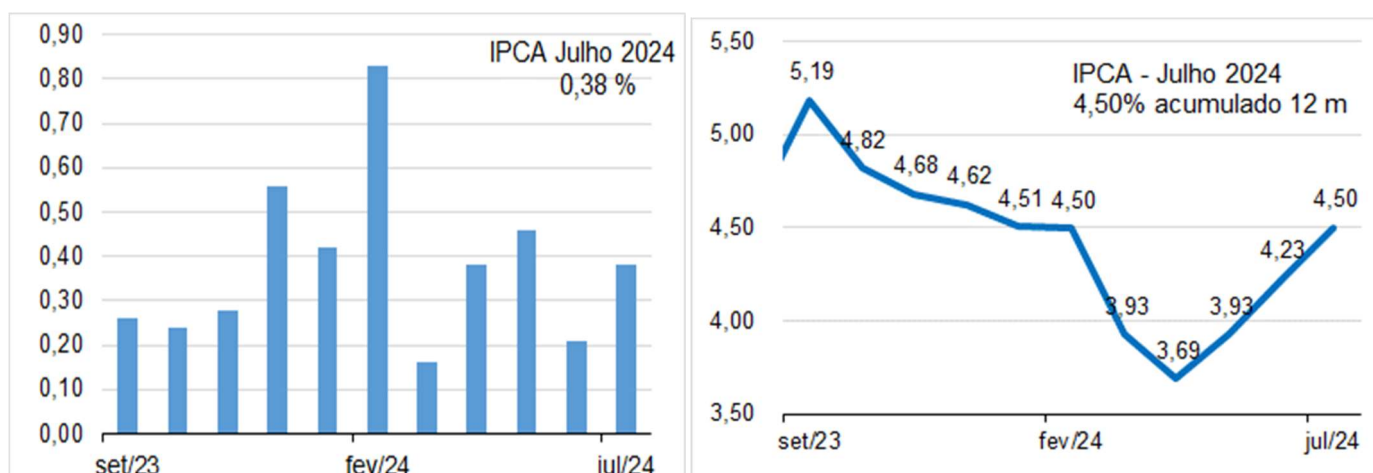


Conjuntura e Eleição: Governo busca reduzir “ruídos”, e valoriza crescimento forte e consumo. Inflação crescente “demanda” alta da taxa de juros pelo Banco Central.

Governo tem atuado para melhorar percepção dos agentes econômicos e reduzir “ruídos políticos” e prêmios de risco por pior desempenho da política fiscal, e incerteza na transição e gestão da política monetária na nova presidência do Banco Central. Além de buscar mitigar os efeitos da incerteza e volatilidade oriunda dos mercados nacional e internacional.

Ao mesmo tempo, o governo tem conseguido estimular forte alta do crescimento do produto econômico, principalmente pelo impulso forte ao emprego, massa salarial, renda, benefícios sociais e obras públicas; com forte apoio adicional do crédito público e crédito privado. A projeção de crescimento do PIB em 2024 já alcança patamar de 2,5% nas estimativas de governo e mercado.

Contudo, devido recente alta na pressão inflacionária, cresce a possibilidade do IPCA 2024 alcançar patamar próximo aos 4,5% (pouco acima ou pouco abaixo) que é o teto da meta monetária do ano.



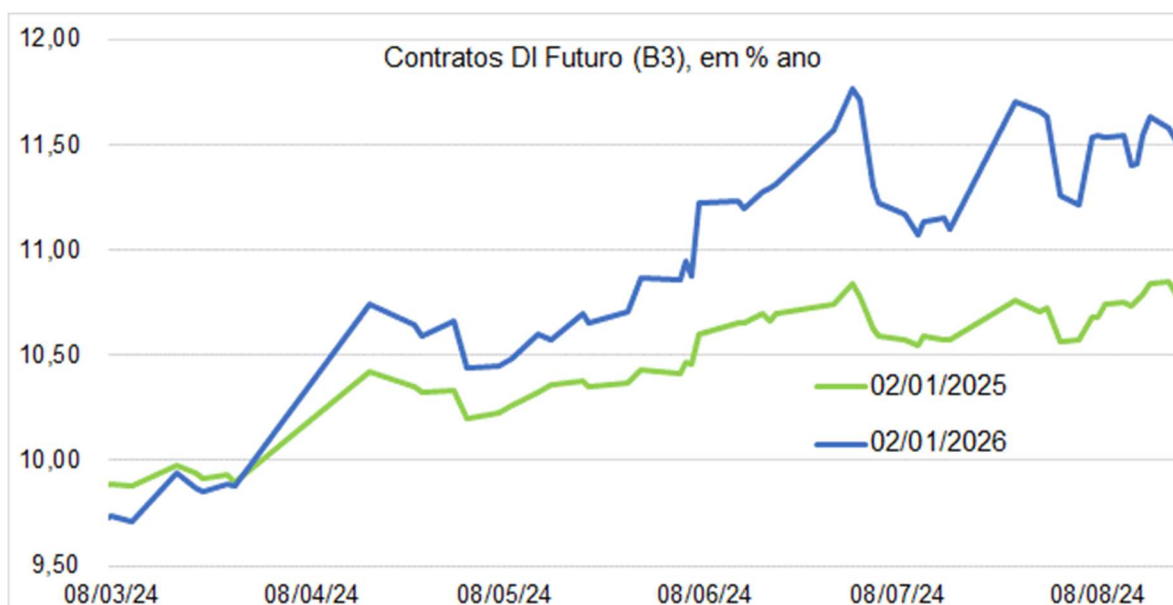
Cruzar o ano (2024 – 2025) com debilidade no cumprimento da “meta monetária contínua” de 3,0%, em período de transição no comando do Banco Central, poderá fragilizar a credibilidade do Banco Central em relação ao principal mandato de “gestão e controle da moeda nacional – REAL”.

Nesse ambiente, desde ATA do COPOM, o Banco Central avalia necessidade de subir juros em 2024 e tem indicado essa crescente possibilidade em recentes apresentações do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, provável novo presidente; que poderá ter sua indicação aprovada no Senado até mesmo antes da eleição de outubro para acalmar os “agentes econômicos”.

No mercado já existem dois cenários de “alta” ou “não” da taxa SELIC.

COPOM 2023, 2024, 2025 - “velocidade” e “SELIC final”		
DATA do COPOM	Cenário cautela	Cenário risco “teto da meta”
2023	“interrupção cortes”	probabilidade 40 a 50%
2024		
30 e 31 de janeiro	11,25	
19 e 20 de março	10,75	
7 e 8 de maio	10,50	
18 e 19 junho	10,50	
30 e 31 de julho	10,50	
17 e 18 de setembro	10,50	11,00
5 e 6 de novembro	10,50	11,50
10 e 11 de dezembro 2024	10,50	12,00
2025 (dezembro)	10,50	9,50

Mercado tem firmado posição de alta de juros precificado na “curva de juros - DI Futuro” (B3).



Portanto, o impulso de expansão econômica promovido pelo governo tem uma contraparte no enfraquecimento das contas públicas; pressão de desvalorização cambial (R\$/USD); expectativa de pressão inflacionária; manutenção de juros altos ou aumento de juros (SELIC); e elevação dos prêmios de risco adicionado ao preço dos ativos financeiros.

Esse ambiente pode prevalecer, com volatilidade e risco maior ou menor, durante período eleitoral no Brasil (outubro) e nos USA (novembro).

Além do IPCA 2024 e decisões do COPOM; quais outros vetores são relevantes no 2o semestre?

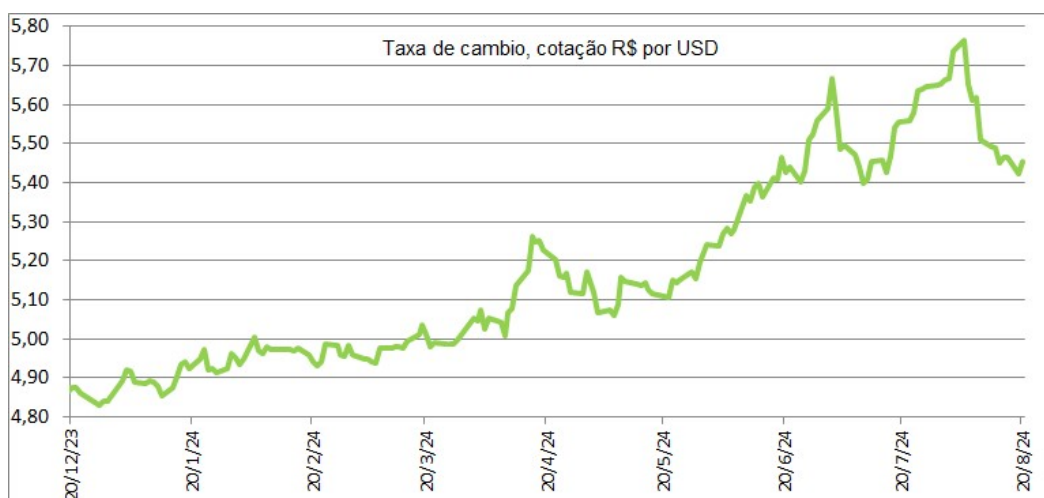
Juros americanos (FED)

FED+ tem espaço para corte de juros em setembro, devido a curva de inflação ao consumidor estar em queda, e acomodação de indicadores de atividade econômica (mas, dados são voláteis).



Taxa de cambio (R\$/USD)

A taxa cambio teve volatilidade e depreciação em 2024, originada em gatilhos internos e externos. Esse é o indexador financeiro mais representativo da transferência de preços e prêmios de risco em mercados locais e/ou em mercados internacionais. Na atual conjuntura tem oscilado muito e precificado variabilidade na percepção de risco internacional e/ou local. Na medida que o FED sinaliza possível corte de taxa de juros (em 0,25%) na reunião do FOMC de 18 de setembro, e o Banco Central indica que aumentará a taxa de juros se necessário, por efeito o REAL valoriza. Em situação contrária, o REAL desvaloriza e “pressiona” por aumento da taxa de juros (SELIC).



Informação Importante – O conteúdo acima não está vinculado a quaisquer operações de compra, venda, oferta e/ou participação em negócio financeiro. Seu objetivo único é fornecer informações macroeconômicas que foram extraídas de fontes públicas consideradas confiáveis e complementadas pelo autor indicado acima que é responsável, por refletir de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente e autônoma. A ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações e projeções próprias.